

39 TREINAMENTO PROFISSIONAL EM ASSESSORIA JURÍDICA SOB A PERSPECTIVA DA ESTRUTURAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Daniel Marcos de Assis e Oliveira
Bolsista em treinamento profissional de Assessoria Jurídica

Elizabete Rosa de Mello
Professora de Direito Administrativo e Direito Tributário da UFJF

Adolfo Firmino da Silva Neto
Chefe do Departamento de Medicina Veterinária da UFJF

Palavras-chave: Direito Administrativo; Treinamento profissional; Assessoria Jurídica; Direito dos Animais; relações de trabalho.

O presente resumo tem por intenção trazer uma análise do propósito do Projeto apresentado e os resultados produzidos em sua execução. Trata-se de um Treinamento Profissional na área de Assessoria Jurídica, no sentido de auxiliar a Chefia do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Juiz de Fora a evitar futuros problemas jurídicos e a lidar adequadamente com impasses de âmbito legal, de forma a facilitar a estruturação do curso, processo atualmente em andamento.

No contexto da instauração de um curso superior na esfera da Administração Federal, é essencial que se reserve uma observação rígida aos preceitos do Direito Administrativo Público e à legislação que o perfaz. Diante deste pressuposto, torna-se transparente a motivação de elaborar-se um Projeto que envolva acadêmicos do Direito e que se valha de seu trabalho de pesquisa e aprendizado prático e teórico em sala de aula, sempre sob orientação docente.

Sob a perspectiva do Direito Administrativo, é importantíssimo que levemos em conta os princípios constitucionais (art. 37 da CRFB/88) nos quais ele se baseia - especificamente, os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Com vista a isso, seria impossível que a Administração de um órgão público não se utilizasse de orientação jurídica constante, com o objetivo de manter intacta a segurança jurídica da qual dependem os servidores federais e os alunos.

Um dos elementos importantes do estudo em análise é a Lei 8.112/1990. Conhecer o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União é fundamental para assistir ao funcionamento de um Serviço Público; por conseguinte, observar as relações de trabalho em um Órgão Federal é preceito básico para que se cumpra a estruturação de tal órgão e se evite obstáculos nessa estrada. Logo, tornou-se primordial para o nosso estudo que tal Lei figurasse um dos pontos de partida do projeto,

de forma a contribuir para a formação de um ambiente de trabalho correto e agradável, além de amparar o recebimento de novos servidores. Nesse mesmo âmbito, também houve análise dos preceitos próprios aos professores, incluindo esclarecimento quanto à carga horária diferenciada.

No que concerne ao curso de Medicina Veterinária, temos também o estudo da Legislação Ambiental e quanto ao uso de animais, estudo tal que demonstrou-se imprescindível não só para a orientação dos procedimentos realizados pelo Departamento em relação à aquisição de material para a realização das disciplinas, mas também para o estabelecimento de relações com outros Órgãos Federais responsáveis pela execução das Leis supracitadas. Ainda relacionado ao assunto, houve o estudo de obras que tratam dos Direitos dos Animais, visando ao uso científico consciente e adequado, e atenção ao funcionamento da Comissão de Ética do Uso de Animais da UFJF.

Há também importância dada à Lei 8.666/1993, que rege o estabelecimento de licitações e contratos administrativos pertinentes à estruturação do curso, como os que regulam o uso de espaços que não estão originalmente reservados ao Departamento e outros serviços prestados ao curso de Medicina Veterinária.

Além da legislação federal, o projeto também visa aferir os regulamentos internos da Universidade, com atenção a Portarias e outras normas que atingem aos servidores e alunos da UFJF, de forma a resguardar o cumprimento de tais diretrizes em conformidade com o bem estar da população do curso e com as normas de hierarquia superior. De outra perspectiva, também, zela pelo regulamento interno do Departamento e do curso e de suas coletividades internas de gerência, como o colegiado e o Núcleo Docente Estruturante.

Destaca-se que as pesquisas legislativas e doutrinárias são, imprescindivelmente, apoiadas por jurisprudência de âmbito federal, de forma a aprofundar o estudo não só a termo teórico, mas também prático, aspecto importantíssimo para a orientação do curso auxiliado quanto às formas em que se deve proceder em cada caso concreto específico.

E, sob o ângulo do Direito Processual, o Projeto também encoraja o estudo e orientação quanto ao procedimento frente a ações processuais e ordens judiciais, de forma a preparar a Chefia do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Juiz de Fora em relação às demandas.

As vantagens de incluir uma orientação jurídica, ainda que realizada numa esfera de Treinamento Profissional, são inúmeras, tendo em vista os serviços providos por Empresas Juniores para pessoas de Direito Privado. Obviamente, este contexto promove uma expansão do estudo acadêmico universitário para uma maior amplitude do que apenas aquela da sala de aula. O estudante

entra em contato com o Direito em sua forma cotidiana, passando a aplicadamente aferir aquilo que, até este ponto, havia aprendido apenas a conceber e interpretar.

Toda a pesquisa supracitada foi desenvolvida e apresentada de forma a contribuir eficiência e adequação à Administração do curso, sempre formalizada por meio de pareceres técnicos. Quanto à perspectiva do acadêmico e de seu Treinamento Profissional no âmbito do Direito, o Projeto se demonstra ser um excelente preparativo para o mercado de trabalho, tanto em âmbito privado quanto público, com atenção a mais de uma área de aprendizagem e de atuação.